



UM SENTIDO PARA A HISTÓRIA: PSICO-HISTÓRIA NA *FUNDAÇÃO* DE ISAAC ASIMOV

Luis Claudio dos Santos Bonfim¹

RESUMO

Iniciada em 1942 e concluída em 1953 a trilogia *Fundação* de Isaac Asimov é considerada uma das melhores séries de ficção e fantasia, superando as primas "O senhor dos anéis" e "John Carter de Marte". A marca de Asimov, sua vivência na cultura científica, caracteriza seus enredos com debates sobre o futuro da espécie, entre a "evolução" da tecnologia e da "consciência", acompanhando também transformações de temas e abordagens que caracterizam a formação própria do gênero de ficção científica nos Estados Unidos. Realizamos, a partir dessas constatações, uma leitura da *Fundação* procurando entender o sentido de uma ciência ficcionada por Asimov sob o nome de psico-história? Acreditamos poder ler a psico-história de Asimov dentro do panorama teórico e epistêmico próprio as ciências sociais e naturais daquela metade do século. O que revela relações ainda mais próximas do enredo com a ciência, uma marca tanto da formação de uma nova sensibilidade como de uma ruptura na cosmogonia científica.

PALAVRAS CHAVES: Asimov, ficção científica, epistemologia.

Essa proposta faz uma leitura da trilogia *Fundação* de Isaac Asimov procurando identificar relações entre sua ficção e aspectos teóricos e epistemológicos das ciências sociais, principalmente história e também das ciências naturais. Esse exercício intenta criar bases para pensar as relações entre a literatura de ficção e um mundo cultural mais amplo que circunda a ciência na metade do século XX.

Daí então nosso interesse por uma determinada ciência ficcionada por Isaac Asimov nas suas novelas da *Fundação*. Essa ciência, nomeada de Psico-história, anuncia-se capaz de descrever os desdobramentos dos processos históricos em longuíssimo prazo. Sua força prognóstica vêm da capacidade de equacionar retrospectivamente o comportamento da psicologia das massas desvelando um sentido da história. A dificuldade de inteligibilidade que pensamos contribuir para dissolver é pensar o significado da proposição de uma psico-história, interseção entre matemática estatística, psicologia de massas e história no quadro teórico das ciências sociais. Acreditando aprofundar um debate sobre as relações entre literatura de ficção e ciência.

¹Doutorando na Universidade Federal de Mato Grosso. Email. Luis.bonfim@lrv.ifmt.edu.br



O primeiro tomo da trilogia da Fundação apresenta a psico-história como:

o ramo da matemática que trata das reações dos conglomerados humanos a estímulos sociais e econômicos fixos... Implícita em todas essas definições está a suposição de que o conglomerado humano que está em foco é suficientemente grande para um tratamento estatístico válido. A base de toda a psico-história válida baseia-se no desenvolvimento das Funções Seldon, que exibem propriedades congruentes com as forças sociais e econômicas como...

As funções que ganham o nome do *guru criador* desta nova ciência, Seldon, correspondem as regularidades funcionais dos comportamentos de grandes conjuntos humanos. Esses últimos, segundo a psico-história, exibem comportamentos regulares diante de determinados estímulos sociais, econômicos, religiosos etc. A existência dessa regularidade, é importante dizer, regularidades matematizáveis, impõe um sentido para a história na medida que funcionam como estruturas inconscientes do comportamento. Essa discussão sobre as influências de regularidades psicológicas e sua estruturação em um sistema científico é um dos centros do debate teórico nas ciências sociais.

Em extremo Michel Foucault afirmava que não há sentido da história! E isso significa que não existe uma linha de continuidade que possa ser coerentemente traçada entre os períodos históricos. Qualquer esforço nesse sentido se depara com a realidade de um objeto arqueológico, onde a compreensão sujeita-se às lacunas e rupturas. E as periodizações são dadas a partir de dados fragmentários e caminhos as vezes desconexos. Essa pergunta! Do sentido da história. É talvez tão cabal ao objeto das ciências humanas como o é a definição da vida para a biologia ou a definição da matéria para a física.

É possível que todos já tenham ouvido falar de Isaac Asimov. Sua obra é enorme e diversa. Além da ficção, tratou sobre ciência e história da ciência, de história e sociedade, entre outros temas em quase 500 títulos. Entre sua literatura de ficção e de divulgação de ciência apresentou diversas paisagens tecnológicas projetadas a partir do ambiente científico que vivenciava. E Asimov foi, profissionalmente, um cientista antes de ser escritor de ficção. Aluno das escolas públicas do Brooklyn, em 1935 – então com 15 anos – ingressou no curso de química na Universidade de Colúmbia. Nesta idade também escreveu seus primeiros contos de ficção.

Esse interesse pela literatura de ficção havia sido animado pela leitura de pequenas revistas de baixo preço que encontrava na loja do pai enquanto lá trabalhava. Esse tipo de revista era uma espécie de adaptação popularizada do gênero de ficção científica consolidado no Reino Unido. Nos Estados Unidos, o gênero fixou-se através de pequenas revistas impressas em papel muito barato



sobre o nome de ‘pulp’. Elas popularizam-se rapidamente dando margem ao surgimento de editoras especificamente dedicadas ao gênero, como é notável o caso da *Amazing Stories* e da *Astounding Science-Fiction* nas quais Asimov publicou seus primeiros trabalhos de ficção. Na verdade, o editor desta última revista, John Campbell, tornou-se amigo pessoal de Asimov estando como uma espécie de consultor e mentor de sua primeira grande obra, as novelas da Fundação. Realidade também de outros autores da ficção.

Foi logo no fim da segunda grande guerra, na qual Asimov serviu como químico na Estação Experimental Naval Air na Filadélfia, que publicou o primeiro conto da Trilogia Fundação na revista *Astounding Science Fiction*. Era também o momento em que iniciava seu curso de doutorado em Bioquímica pela Universidade de Colúmbia, por volta de 1944. Até 1953 ele já havia publicado nesta mesma revista os demais contos que compõe a trilogia da Fundação.

A trilogia mesmo foi composta depois, a partir dos contos esparsos, nos respectivos títulos: Fundação, Fundação e Império e Segunda Fundação. Posteriormente, ao encontro da grande aceitação do público e ao conseqüente interesse dos editores publicou outros quatro livros: Limites da Fundação e Fundação e Terra seguidos de Prelúdio à Fundação e Origens da Fundação. A reunião dos contos e a publicação desses livros prólogos foram unidos em um esforço para a criação de um universo ficcional onde depois se incluirão outras narrativas, por exemplo a sua famosa série de Robôs. O autor trabalhou na revisão dos contos, fazendo adequações de datas e posturas de personagens para compor uma estrutura única que amarrava boa parte das suas histórias.

Daí que essa ciência imaginada, cuja nomenclatura intrigante expõe uma zona de encontro entre a psicologia e a história, funcionaria como uma das grandes linhas de construção da sua literatura, de ficção, quiça também de divulgação científica. Neste universo ficcional, a existência de um objeto psico-histórico revela-se como axioma de coerência para a variedade dos enredos e personagens. O dado, poderíamos chamar de a-histórico, consiste nesse reflexo psicológico, patológico, instintivo, cuja função, revela a condição de um sentido histórico. O tema não está distante daquilo que se produzia como ficção científica nos anos 1950, quando as transformações no gênero haviam introduzido temáticas científicas em relação com o social e as forças da mente.

O enredo geral se desenrola através de um impasse que é o próprio palco de atuação dos indivíduos e da história. De um lado está o Império Galáctico, uma antiga força conquistadora e aglutinadora que do centro da galáxia, irradia seu poder. Sua capital é Trantor, uma cidade puramente administrativa. É na capital que se apresenta Hari Seldon, espécie de guru criador dessa nova ciência, que tem como primeira grande suposição de verdade: a previsão do fim do Império, seguido de um



longo interstício de barbárie até a construção de uma segunda ordem Imperial. Tendo calculado esse processo, sustentando-se nos condicionamentos psicológicos que atuam nas massas de humanos, Sheldon planeja intervir na tendência ‘natural’ da história e restringir o futuro bárbaro. Propõe a criação da Fundação, um pequeno planeta na borda da galáxia, cujo objetivo é elaborar uma Enciclopédia Galáctica como guarida dos conhecimentos técnicos/científicos. Acredita o psichistoriador que a Fundação será capaz de ancorar a nova civilização e reordenar a Galáxia. E é o conhecimento técnico/científico que qualifica tanto o antigo, aquele que escorado sobre o tradicional já não pode criar novidades e acumula problemas (Império), e o novo (Fundação), cujo resguardo da ciência garante ao fim promoção da novidade e assim superação das adversidades.

Até parece um esquema narrativo tedioso, essa previsibilidade nos rumos da história (ficcional), a supremacia desse fator psicológico a-histórico capaz de converter todos os processos a sua finalidade forçando aos eventos um sentido. Pelo modo como as dificuldades de sobrevivência, econômicas, políticas e sociais agem sobre a sociedade, e mais, pelo modo como a sociedade reage a novidade científica, inevitavelmente o novo substituirá o velho. E tal como as dificuldades aceleram a destruição do velho, impondo a barbárie, também o progresso técnico/científico acelera a construção do novo, ordenando rumo a estabilidade e a civilização.

Quando a Fundação de Asimov propõe a existência de estruturas psicológicas coletivas bastante rígidas, estruturáveis, está caminhando dentro de programas de pesquisa que eram próprios das ciências humanas na metade do século. O quantitativismo, a formação de séries para composição de estruturas e a valorização do inconsciente coletivo como detentor do sentido mais denso dos processos históricos são todos projetos teóricos em um programa estruturalista mais amplo.

O tédio aparente, desse enredo que concluirá um determinismo, é contudo, apenas um efeito inicial, já que não há uma aceitação passiva desta verdade pelos personagens daquele universo abrindo o grande desencaixe que complexifica a narrativa para reaproximar o interesse do leitor. O desenrolar do sentido histórico conflita a todo tempo com a dúvida dos personagens, que reivindicam seu poder de ação e através dele o sentido histórico relativo e não teleológico do futuro.

Esse conflito, próprio da alteridade da narrativa, aparece em um dialogo entre Bel Riose, um general do Império que governa nas bordas da galáxia e o patrício Ducem Barr, habitante de Siwenna, planeta rebelde reconquistado. Em um capítulo intitulado Mão Morta, Riose questiona Barr sobre sua crença na psico-história, logo, sobre a infalibilidade da vitória da Fundação sobre o Império. Diz Riose:



- Você quer dizer que essa arte dele [Seldon] prevê que eu atacaria a Fundação e perderia tal e tal batalha por tal e tal motivo? Você está tentando dizer que sou um tolo robotizado, seguindo um curso predeterminado para a destruição? [...].
- Então continuamos presos à mão da Deusa da Necessidade Histórica. [...].
- E se eu exercer minha prerrogativa de livre-arbítrio? Se eu escolher atacar no ano que vem ou não atacar? Quão flexível é essa Deusa? Que recursos tem? (ASIMOV (ii), 2009. p. 35).

A questão posta consiste então na possibilidade de atuação do indivíduo como sujeito da história. A tensão entre a liberdade do indivíduo frente a um determinismo, matematizado, por isso intransponível, é formulada juntando as respostas do interlocutor de Riöse, diz Ducem Barr:

- Foi a psico-história que Seldon e o grupo com o qual ele trabalhou aplicaram com força total para criar a Fundação. O lugar, tempo e as condições, tudo isso conspira matematicamente e, portanto, inevitavelmente, para a criação de um Segundo Império. [...].
- Eu já disse que a ciência nada tem a ver com ações individuais. É o plano de fundo maior que foi previsto. [...].
- Ataque agora ou nunca; com uma única nave, ou com toda força do Império; pela força militar ou por pressão econômica; por uma declaração de guerra honesta e aberta ou por emboscada traiçoeira. Faça o que desejar, no mais amplo exercício de livre-arbítrio. Você ainda perderá. [...]
- Por causa da mão morta da matemática do comportamento humano, que não pode ser detida, desviada, nem atrasada (Idem, 2009. p. 35).

O indivíduo consciente aparece então como variável insólita no curso imediato do desenvolvimento histórico. Assim, poderíamos supor que Asimov novamente replicou uma fórmula das filosofias da história, a ação individual, ainda que autônoma, trabalha com um material essencial humano, que no fim é a própria substância do sentido histórico. Mais isso é uma suposição. O que certamente apresenta o diálogo, é que o fator psicológico que age no sentido histórico não se manifesta na ação do indivíduo, restando então seu oposto, o coletivo. Ainda mais, que todo impulso de ação individual não pode competir com a força desse sentido. É necessário entender mais profundamente o funcionamento dessa psico-história de Asimov, tentando desvendar, qual é esse princípio psicológico universal que permite antever o futuro?

SENTIDO DA HISTÓRIA: ESTRUTURAS E PROCESSOS

A posição de Foucault da inexistência de um sentido da história tem parte na construção do impulso teórico pós-estruturalistas e seu ataque de crítica na direção da inconsistência explicativa das estruturas diante das condições subjetivas, tomadas como causa das particularidades. Faz todo sentido no contexto epistêmico da segunda metade século XX, esse impasse do enredo ficcional de Asimov, uma incongruência entre a atuação particular individual e o movimento estruturado de conjunto social.



Esse paradigma de que os objetos sociais devem ser entendidos a partir de uma estrutura fundamental de relações objetivamente apresentadas, está na base da formação das ciências sociais como disciplinas científicas no início do século XX. Através dessa fórmula, estruturalista, era possível construir conhecimento sobre as sociedades sem lançar mão de princípios a-históricos vagos, cuja afirmação apriorística já não condizia com o novo rigor metodológico da ciência afirmado justamente na quebra de apriorismos.

O exercício teórico do estruturalismo funcionou nos anos 1930 como fundamento metodológico de validação científica das novas ciências sociais, oxigenando os tecidos gastos das filosofias iluministas. É interessante como o estruturalismo, que foi a razão histórica dominante nas duas primeiras gerações dos *Annales*, o que é aparente nos seus estudos sobre as relações do homem com o espaço ou nas formulações das estruturas mentais de longa duração, foi depois criticado justamente como aplicador de lógicas imóveis, estacionárias, ao ponto de formar apriorismo, na medida em que desvalorizava a mudança em favor da estrutura rígida e permanente. Diante das estruturas, a ação individual tinha efeito apenas superficial. Os estudos de mentalidade por exemplo, argumentavam em favor de estruturas de inconsciente coletivo aos quais os indivíduos estão, simplesmente, submetidos. Essa fórmula deu margem para a virada teórica da assim chamada nova história cultural, cuja missão frente ao estruturalismo era devolver a história aos sujeitos.

Em domínios da História *Ciro Flamarion Cardoso* propõe um debate sobre os objetos da história, partindo do momento de sua formação como disciplina, através da exposição dos choques entre dois paradigmas em extremos. De um lado, a fórmula iluminista, cuja raiz é a ideia abrangente de civilização, construída em um corte horizontal que organiza a história em bloco, selvageria barbárie-civilização. De outro o paradigma pós-moderno, centrado no conceito de cultura, enquanto corte vertical, marcador de especificidade e responsável justamente por desordenar os blocos saltando o diverso, o inconforme, o subjetivo. Segundo *Flamarion*:

Em história, o marxismo (ou um certo marxismo, já que eu não incluiria aqui, por exemplo, a Escola de Frankfurt, a meu ver integrante do paradigma “pós-moderno”) e o grupo chamado dos *Annales* no período 1929-1969 foram suas vertentes [do paradigma iluminista] mais influentes e prestigiosas (*FLAMARION & VAIFAS*, 1997. p. 22).

Salvo as devidas ponderações, feitas pelo próprio autor, a respeito dos contraditórios da sua hipótese, essa divisão dos debates em torno de dois paradigmas permite compreender com sucesso os impasses teóricos que cercam a história, e logo, a centralidade da disputa entre uma perspectiva estrutural,



funcional das permanências, e outra circunscrita, preocupada antes com a particularidade, o específico, a mudança.

Visto que a questão sobre o geral e específico, sobre estrutura e ação individual e todos os desdobramentos teóricos que advém dessas opções, estão no seio das formulações nas principais correntes da disciplina histórica, o marxismo, os Annales, o historicismo e a nova história cultural, podemos traçar uma conexão direta entre a psico-história de Asimov e o debate teórico no interior da história e, creio, no das ciências sociais. A proposta dessa ciência ficcional não só é possível dentro dos quadros teóricos das ciências sociais da segunda metade do século como também expõe suas dificuldades internas. A uniformidade do funcionamento social que permite a dedução de princípios gerais originando a Psico-história é antecedida por uma razão estruturalista. Essa razão de estrutura acaba por criar uma imagem última para a história, porque se o significado das condutas individuais reside em formas maiores e mais estáveis, das quais os indivíduos não se dão conta e donde não podem escapar, então o sentido da história é dado estruturalmente. Estendendo essa teoria universalmente, chegaríamos logo por um sistema cumulativo a compor grandes conjuntos de estruturas, das quais se poderia deduzir estruturas ainda mais elementares e longínquas, tão, que teríamos que tomá-las por essências do próprio núcleo de sentido da ação humana no tempo. Por outro lado, se o movimento da sociedade pode ser estruturado dentro da ciência Psico-história, o movimento individual não. Por que não?

INDIVÍDUOS

Asimov concebeu o indivíduo dentro da Trilogia como uma realidade não estruturável. Diferente dos grupos, onde a multiplicidade exige a atuação de uma consciência coletiva – instintivamente determinada – o indivíduo aplica a consciência junto a razão abrindo incerteza e variedade. Essa concepção do indivíduo como realidade aberta, incompatível com a estrutura, parece coadunar com os deslocamentos que fundamentavam uma teoria da complexidade, da qual a história pós-estruturalista se diz discípula.

Na Fundação, segundo os cálculos de Hari Seldon, as crises que se abatiam sobre o Império Galáctico eram estruturais. A desordem se fazia cada vez mais presente na galáxia, ao ponto de sua destruição, seguida então de milênios da pura barbárie. Depois, como parte da mesma lógica, uma nova ordem se estabeleceria superando as dificuldades para formar um segundo império galáctico. Esse processo, instintivamente condicionado, está determinado, salvo ações individuais impossíveis de previsão. Tendo a consciência da grande probabilidade deste futuro, Seldon elaborou um plano



para desviar o curso dos acontecimentos, manipulando ações individuais em pequenas doses periódicas. Daí que no seu plano, tenha destruído os conhecimentos da gramática da psico-história deixando para trás, ou melhor, para frente, para os futuros cidadãos da Fundação, apenas parcelas de informação que aparecem em mensagens programadas para situações críticas previstas.

Em uma dessas situações de crise, Salvor Hardin, o primeiro prefeito da Fundação, discute com um de seus apoiadores, Poly Verisof, sobre o procedimento a tomar diante das ameaças que se apresentam. Hardin faz a defesa da Psico-história:

Não há dúvidas de que Seldon fez exatamente o que afirma ter feito. A fundação, como ele diz, foi estabelecida como um refúgio científico... o meio pelo qual a ciência e a cultura do Império moribundo seriam preservadas durante os séculos de barbárie que começaram, para serem reacendidas no fim, em um Segundo Império (ASIMOV (i), p.103).

E completa com o argumento da última mensagem apresenta por Seldon em uma crise anterior:

Para evitar que não desviemos, sim. Mas enquanto mais de um curso de ação for possível, a crise ainda não chegou. Nós precisamos deixar as coisas seguirem seu curso enquanto pudermos, e, pelo, espaço, é isso que eu pretendo fazer (Idem. p.104).

O núcleo desestruturante da ação individual é a racionalização consciente do sujeito, capaz de abrir o leque de possibilidades de ação para além dos condicionantes instintivos. Por isso, aqueles que seguiam o plano de Seldon deveriam esperar até que todas as condições instintivas estivessem manifestas, o que significaria o acúmulo dos elementos de pressão. Essa espera corresponde ao uso estratégico da razão individual e consciente na manipulação das estruturas do inconsciente coletivo.

A narrativa abre a dúvida sobre a liberdade da ação individual. A questão posta consiste na possibilidade de atuação do indivíduo como sujeito da história. Ela é formulada em uma tensão entre a possibilidade de ação do indivíduo frente a uma condição instintiva coletiva passiva de estruturação matemática. O desenrolar desse conflito acaba por demonstrar que a ação individual consciente, no geral é fraca, para uma mudança drástica nos rumos do processo histórico. Isso porque a ação do indivíduo seguirá uma reação coletiva que um indivíduo normal não pode guiar. Contudo, o indivíduo que age consciente é uma variável insólita no curso imediato do desenvolvimento histórico.

Se por um lado atua no sentido histórico um axioma do comportamento coletivo, por outro o indivíduo consciente salta desta amarras e ganha liberdade de ação, ainda que isso não signifique controle do destino social. Essa ideia de mobilizações sociais condicionadas por instintos nasceu nos debates da psicanálise e inspirou a compreensão dos fenômenos sociais ao longo do século XX, visível nos sistemas conceituais onde abriga-se termos como: ferramentas mentais, estruturas mentais,



inconscientes coletivos e mentalidades. Já a noção de indivíduo consciente autônomo frente aos instintos, segue a intuição cartesiana do “*Cogito, ergo sum*” que é base duma cosmogonia moderna. Nesse sentido a Asimov propõe uma ideia de individualidade ligada a uma essência racional. Um modo de entendimento um tanto quanto diferente dos debates sobre a subjetividades que começavam a infiltrar-se no programa estruturalista das ciências sociais, onde o indivíduo torna-se o centro do significado de todo o movimento social.

Essa dualidade de indivíduos e coletivos, já interessante por expor esse jogo de composição da Fundação: que incorpora perguntas pertinentes da teoria social e as tenciona com fórmulas alternativas têm, contudo, um outro problema que se desdobra. Trata-se da dificuldade de compreender a lógica de sobreposição desses dois mundos. Pois como pode que indivíduos e coletivos se organizem em um mesmo processo, já que se trata de uma força estruturante matematizável e uma força desestruturante de variação não conhecida.

Em uma expressão dessa dificuldade um personagem defensor da psico-história sentencia:

“Porque mesmo a psicologia avançada de Seldon era limitada. Ele não podia lidar com muitas variáveis independentes. Ele não podia trabalhar com indivíduos em nenhum período de tempo; assim como você não poderia aplicar a teoria cinética dos gases a moléculas individuais” (ASIMOV (i), 2009. p. 104).

Para nós essa comparação entre comportamento individual e moléculas e por outro lado entre ações coletivas e teoria sinética dos gases explicita um debate epistemológico contido na narrativa e que parece perpassar as ciências sociais e as ciências naturais. As pistas desse paralelo então nos debates entre essências e processos, estruturas e relações, responsáveis pelas modificações metodológicas de diversas áreas das ciências naturais e sociais.

A discussão sobre a incompatibilidade entre as lógicas de realidades menores e maiores, a definição dual de energia/matéria, onda/partícula, ou especificidade do orgânico perante o químico-físico, animavam um debate sobre complexidade da realidade frente as teorias científicas, que Asimov incorporou ao seu mundo ficcional.

G. Bachelard organizou aspectos da formação dessa nova epistemologia científica da metade do século. Para ele a concepção de dualidades, com lógicas diferentes, mas interdependentes, desdobra-se numa reavaliação geral da ciência:

Ela volta a substituir a descrição pela equação, a qualidade pela quantidade e está última substituição não aparece aqui como uma espécie de abandono filosófico. É, bem ao contrário, para as doutrinas matemáticas, uma conquista decisiva pois que ela é obtida no domínio da metafísica. [...] Estudando as flutuações da quantidade, teremos meios para definir o caráter indefinível das qualidades particulares (BACHELARD, 1985. p. 64).



Enquanto gênero, a ficção científica, através de autores como Asimov, esforçou-se para ser definida como uma literatura engajada à ciência. O que significa, que seus enredos tratam com um mundo possível dentro ou no limite das verdades científicas. O fazem através do vocabulário, das condições tecnológicas e dos impactos sociais, estéticos, éticos da ciência na sociedade. Esse esforço é notável na trilogia da Fundação. E não é difícil perceber que o conceito de ciência histórica aplicado na ciência ficcional, a psico-história, não é teoricamente absurda na realidade da disciplina entre os anos de 1950 e 1970, quando a quantificação e a expectativa de totalização eram programas de pesquisas bastante vivos nas ciências sociais. Em outro nível, a psico-história de Asimov parece nos apresentar também um debate epistemológico da complexidade, animado na crise do paradigma científico cartesiano/newtoniano, que ecoa tanto nas ciências naturais como nas sociais.

COLETIVOS

Paul Krugman recebeu em 2008 um nobel de economia que o premiava pelas pesquisas a respeito de mercados mundiais e geografia econômica. Devido ao sucesso de então foi convidado a dar entrevistas, e em uma delas foi perguntado sobre os impulsos que o haviam levando a formar-se em economia. Forçado a rememorar, Krugman mencionou a forte impressão causada pela leitura das novelas de Asimov. Segundo o nobel, afirmando-se constrangido, foi a expectativa criada ao ler sobre aquela ciência ficcional, capaz de entender a dinâmica da civilização, que o animará profundamente aos estudos econômicos. Interessante que o Nobel anterior, Roger Myerson, tenha feito uma declaração parecida, também mencionando a Fundação como incentivo primário de gosto pela economia. Como historiadores, nós sabemos dos efeitos da rememoração e sobre eles a infinidade de fatores que atuam na criação de sentido do passado. Conduto, essa indicação dos economistas torna-se relevante para o nosso problema na medida em que se percebe que a década de 1950 era momento de formação de uma New Economic History nos Estados Unidos. Tal escola, guiada por economistas historiadores projetava através de uma econometria retrospectiva, séries estatísticas e correlações estruturais, de forma a reconstruir o movimento de economias passadas por um sistema de equações (FLAMARION, 2002. p. 26). Notável que a formação dessa escola estava materialmente ligada a infraestrutura dos países desenvolvidos e seus sistemas de contabilidade nacional. Nela, aplicavam-se as mais novas teorias estatísticas no empreendimento de uma história científica dos preços.

A formatação da New Economic History pode ser entendida dentro de um quadro mais amplo de relações entre a história e economia, cujos vínculos, tomando por base a análise quantitativa,



remontam ao final do XIX, junto ao surto das grandes coleções de documentos. É então que surgem “as primeiras histórias dos preços que são na realidade, compilações de dados brutos” (CHAUNU, 1976. p. 70). Depois, ao longo da primeira metade do século XX, o estabelecimento de uma perspectiva qualitativa dos estudos sociais foi intimamente ligada ao método serial.

Eis que o esforço que caracteriza a formação da história como ciência social na primeira metade do século XX, tem como um dos centros, à crítica a história episódica ou *évenementielle*, onde o fato histórico correspondia a um evento singular, muitas vezes individual, com os quais o historiador organiza uma narrativa em ordem de causas e consequências, no geral, correspondente a uma ordem cronológica. Contra esse modo de entender o objeto histórico, toda uma perspectiva de ciência histórica estrutural construía-se, tomando ao reverso, a série de eventos como portadora do sentido. Ao criticar a tradição positivista e sua estreiteza metodológica do acontecimental, a disciplina história buscou sustentar seu poder explicativo na demonstração das constâncias, na exposição das séries e suas estruturas. Boa parte dessas reflexões eram criadas dentro da disciplina através do contato com estudos da linguística, economia, antropologia e da sociologia.

O projeto de superação do acontecimento obtinha impulso direto nos contatos com a economia histórica. A facilidade da economia em lidar com os números atraía as expectativas de cientificidade da história. Diante de grandes recortes temporais e espaciais, os estudos históricos alicerçavam-se na massividade de dados, muitas vezes numéricos, que compunham os quadros conjunturais de tendências. O procedimento que valia para descrever estruturas econômicas, funcionamento de mercados, quedas ou valorizações de produtos etc, foi progressivamente estendido para os estudos de população, nascimentos e mortes, migrações e enfim, no que Chaunu chamou de *assalto ao terceiro nível*, ao “essencial, o afetivo, o mental, o psíquico-social... digamos melhor, os sistemas de civilização” (CHAUNU, 1976. p. 96).

A perspectiva serial será para a disciplina histórica na virada do século o carro chefe dos estudos quantitativos. Os computadores, então popularizados no fazer científico, atuavam como facilitadores no cruzamento massivo de dados, compondo gráficos e tabelas, tratadas por lógicas estatísticas que transformam-se no núcleo da explicação. Tal era a confiança na capacidade desse tipo de estudo, que a possibilidade do antigo projeto dos Annales de uma história total torna ao primeiro plano, principalmente nos estudos das civilizações, ainda sob a marca estrutural. O terceiro nível, das mentalidades, será o objeto por excelência para os estudos das funções de civilização, porque neste nível, encontra-se os desgastes dos discursos institucionais, e todo o mal-estar que se reflete na



postura perante a vida e a morte, o amor e os gestos, esses aspectos basilares da civilização, tal como entendida no conceito de mentalidade.

Durante as primeiras fases dos Annales o projeto de experimentação metodológica facilitou a experimentação no tratamento das relações entre coletivos e indivíduos. Duby, Lebrve e Block incorporaram os interesses da psicologia e da antropologia a respeito dos ritos, mitos, da psicologia coletiva comparada e os sistemas de crenças (DOSSE, 70). Com graus de incidência diferentes, esses expoentes dos Annales, lidavam diretamente com as relações entre a ação individual e a mentalidade coletiva, procuravam estabelecer condições dessa interconexão, através da qual reafirmavam o caráter explicativo, e não descrito, da história. O salto da New Economic History era mais ousado, procurava através do quantitativo, compor um quadro explicativo tão confiável, porque amparado na massividade de dados, que da sua comparação em escalas de tempo mais amplas se destacaria tendências de regularidade, ou seja, as próprias condições essenciais do desenvolvimento histórico.

Na década de 1970, a tendência aos estudos estruturais de mentalidade ganharam esse impulso, extrapolando a ideia de consciente coletivo para uma noção fixa. De acordo com Dosse:

Existe no entanto outro uso da história das mentalidades, muito preponderante durante os anos 70, que é reencontrar, por meio da articulação do biológico e do cultural, a natureza humana, os sinais do inconsciente coletivo. [...] Uma concepção mais junguiana [em contraposição ao inconsciente individual de Freud] é mobilizada então para perseguir os arquétipos, as invariáveis trans-históricas da natureza humana. (DOSSE, p. 75).

Eram principalmente esses dois pressupostos, por um lado a crença em um inconsciente coletivo fixo, uma essência biológica tão forte, que impunha sem opção, seu poder sobre toda a cultura e por ela sobre todas as estruturas sociais. E de outro, a confiança no método quantitativo, capaz de explicitar as estruturas através de uma enormidade de dados numéricos.

Sob luz desse panorama onde se formam novos problemas e metodologias da história acadêmica, muito pela incorporação de preceitos das disciplinas irmãs – a economia, a antropologia, a psicologia, entre outras – o constrangimento de Krugman já não é tão forte ao ponto de fazer do seu artifício de memória um desmérito absurdo de sua imagem de cientista econômico. O fato de rememorar a psico-histórica como imagem heróica das ciências econômicas, cujo poder é predizer o futuro, pode ser alongado do panorama teórico onde circulam a economia e a história logo após a virado do século. Quantificação, conjunturas, estruturas, modelo eram axiomas teóricos que validavam tanto as ciências sociais (FLAMARION & VAINFAS, 2002, p. 25), quanto a Psico-história de Asimov. O bom doutor, como era chamado o autor da Fundação, adiantou na sua trilogia, uma



extrapolação da hipótese de um inconsciente coletivo estrutural, quase imóvel, tanto ao ponto de ser capaz de ditar o curso dos grandes conglomerados nas suas formações civilizacionais.

A ficção de Asimov; pelo autor e o contexto sociocultural que forma e formata sua linguagem; está marcada por uma ruptura na cosmogonia científica moderna. Como temos lido a Fundação e por isso considerado a psico-história dentro de questões teóricas e epistêmicas muito próprias daquela metade do século. Faz bastante sentido pensar a ficção científica em alteridade com a cultura científica da época. Nessa relação, a ficção de Asimov faz mais que projetar paisagens tecnológicas e sugerir desdobramentos sociais da ciência – o que já é bastante interessante. Autores como ele incorporaram aspectos teóricos e epistêmicos e os tencionavam promovendo um tipo de exercício do significado. Parece interessante abrir um problema e pensar em sentidos sócio-culturais dessa narrativa que propõe imaginar dentro, mas no limite da episteme científica. Duas ideias ligadas a um historicismo alemão parecem dar caminhos interessantes neste ponto.

Primeiro aquela consideração teórica de Norbert Elias em *O processo Civilizador* sobre as relações entre processos psíquicos e o mundo social. Ou seja, o pressuposto de que os comportamentos sociais, instituídos no hábito, partilham uma determinada estrutura psicológica, que vai se construindo historicamente. Porque sociedade e indivíduo partilham na mesma historicidade um forma de experiência, uma sensibilidade, que está na raiz das formas de expressão. Sua intuição conclusiva é de que:

Modos científicos de pensamento não podem ser desenvolvidos, nem se tornar geralmente aceitos, a menos que as pessoas renunciem à sua inclinação primária, irrefletida e espontânea a compreender todas as suas experiências em termos de seu propósito e significado para si mesmas. O conhecimento que levou a um conhecimento mais profundo e ao controle da natureza foi, por conseguinte, se considerado deste aspecto, também o desenvolvimento no sentido de maior autocontrole pelo homem (ELIAS, 1994, p. 243).

De fato, um dos temas da episteme moderna é justamente a construção de uma verdade não intuitiva. Uma realidade para além da experiência sensível. E é claro o impacto que esse desapego constante a uma tradição de verdade pela experiência causa no mundo social.

Seguindo nesse problema Hanna Arendt publica *Entre o Futuro Passado* dedicado ao debate da falência da linguagem tradicional, e poderíamos dizer de dificuldades do pensamento tradicional à medida que se desprende ou ressignifica a noção de experiência. De acordo com Arendt:

É curioso observar que esta perda do senso comum, que traz a falta de confiança no que nos circunda, foi realçada pelos resultados da ciência contemporânea. [...]. O processo da Ciência implicou numa linguagem científica cuja formalização



crescente esvaziou de sentido a nossa percepção concreta e, ademais, não só converteu, através da mediação da técnica, o nosso meio ambiente em objetos criados pelo homem, como também conseguiu modificar, por meio da ação humana, o desencadeamento dos próprios processos da natureza, como o evidencia a fissão do átomo (ARENDDT, 1968, p. 11).

Existe nas conclusões de Arendt e Elias uma ideia de que a expansão do discurso científico implicava alterações na cultura e na sociedade. Quando a ciência adentra o centro de determina literatura, criando um gênero, caminha em um movimento de alteridade que recria, tanto a atividade criativa quanto a atividade racional. A ficção científica, ao divulgar teorias e epistemes, procura reconstruir um mundo de experiências imaginadas, ou recriar uma tradição, agora sustentada no argumento científico.



BIBLIOGRAFIA

ASIMOV, Isaac. Fundação (i) - São Paulo: Alph, 2009.

_____. Fundação e Império (ii). - São Paulo: Alph, 2009.

_____. Segunda Fundação (iii). - São Paulo: Alph, 2009.

ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BACHELARD, G. O novo espírito científico, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1985.

CHAUNU, Pierre. A história como ciência social. - Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Os métodos da história. - Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

_____ & VAIFAS, Ronaldo. Domínios da História (Orgs.) - Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DOSSE, François. História e ciências sociais. Bauru, SP: Edusc, 2004.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador (Vol I). - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994.

FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do eu. - Porto Alegre, RS: L&PM, 2016.

RODRIGUES, Elsa Margarida. Ecos do Mundo Zero. Lisboa: Universidade de Coimbra, 2012.